

à categoria de Técnico Superior em regime de contrato de trabalho em funções públicas.

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 62.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, durante o período em que se encontra em regime de mobilidade a referida trabalhadora é remunerada pela 6.ª posição remuneratória da categoria em que se encontra integrada a que corresponde o nível remuneratório 11 e a que corresponde a 1.ª posição de Técnico Superior da tabela remuneratória única constante da Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro.

26 de Abril de 2010. — A Vereadora, com competência delegada, *Carla Guerreiro*.

303215095

Despacho n.º 8504/2010**Mobilidade interna na modalidade mobilidade intercarreiras**

Considerando ser do interesse nas prossecuções das atribuições deste Município e visando uma articulação eficiente dos meios, nos termos do disposto nos artigos 49.º, n.º 3, 59.º, 60.º, n.º 3, alínea b), 63.º, n.º 1, e 61.º, n.º 2, alínea a), todos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e 12.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, e de acordo com o meu Despacho n.º 158/2010, de 26 de Abril, na qualidade de Vereadora com competência delegada para os recursos humanos, autorizei a colocação em regime de mobilidade interna, na modalidade mobilidade intercarreiras, com efeitos desde 1 de Abril de 2010, de Beatriz do Rosário Mendonça, titular da categoria de Assistente Operacional da carreira geral de Assistente Operacional do mapa de pessoal próprio do Município de Setúbal, em mobilidade geral na empresa concessionária “Águas do Sado” para exercer funções correspondentes à categoria de Assistente Técnico em regime de contrato de trabalho em funções públicas.

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 62.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, durante o período em que se encontra em regime de mobilidade a referida trabalhadora é remunerada pela 5.ª posição remuneratória da categoria em que se encontra integrada a que corresponde o nível remuneratório 5 da tabela remuneratória única constante da Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de Dezembro.

26 de Abril de 2010. — A Vereadora, com competência delegada, *Carla Guerreiro*.

303215249

MUNICÍPIO DE SILVES**Aviso n.º 9900/2010**

Para os devidos efeitos se torna pública, que nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de Janeiro, a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum, para contratação por tempo indeterminado, no regime de contrato de trabalho em funções públicas, para preenchimento de dois postos de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional na área de actividade de Auxiliar Técnico de Manutenção, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 233, de 02 de Dezembro de 2009, homologada por despacho da Sra. Presidente da Câmara Municipal de Silves em 08 de Abril de 2010.

Candidatos Aprovados

- 1.º Fábio Igor da Cunha Gomes Faria — 16,9 valores
- 1.º Marco Filipe dos Santos Mateus — 16,9 valores
- 2.º Herlânder Ricardo Rodrigues da Cunha — 12 valores
- 3.º Luís Conceição Bentes Guerreiro — 11,1 valores

Candidatos excluídos por terem obtido uma valorização inferior a 9,5 valores na Prova Prática de Conhecimentos:

Daniel Fernandes
Joana Filipa Guerreiro Guia
Luís Miguel Santos Silva
Paulo Alexandre Marques Martins
Ricardo Jorge Caetano Martins
Rui Pedro Guia dos Santos

Candidatos excluídos por não terem comparecido à Prova Prática de Conhecimentos:

André Gonçalves Bittencourt
Bruno Manuel Cesário dos Santos
David Manuel Nunes dos Santos
Paulo Renato Pereira Monteiro

Pedro Paulo Leão Brasil da Silva
Wilson Nazário Brito Ramos

Paços do Município de Silves, 08 de Abril de 2010. — A Presidente da Câmara Municipal, *Dr.ª Maria Isabel Fernandes da Silva Soares*.
303158971

MUNICÍPIO DE SINTRA**Aviso n.º 9901/2010**

Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara, Presidente da Câmara Municipal de Sintra, ao abrigo da sua competência constante da alínea v) do n.º 1 do art.º 68.º e para os efeitos do estatuído no n.º 1 do artigo 91.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, torna público que por deliberação da Assembleia Municipal de Sintra tomada na sua 2.ª Sessão Ordinária de 27 de Abril de 2010, foram aprovados:

- O Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Sintra, acompanhado do Parecer da Comissão Permanente de Educação, Juventude e Emprego;
- O Regulamento Municipal da instalação e funcionamento dos estabelecimentos de hospedagem, acompanhado do Parecer da Comissão Permanente de Economia, Administração e Finanças da Assembleia Municipal;
- O Regulamento de Atribuição do Selo de Qualidade® ao Artesanato produzido no Município de Sintra, acompanhado do Parecer da Comissão Permanente de Assuntos Sociais;
- O Regulamento de Organização e Funcionamento da Rede de Museus Municipais de Sintra, acompanhado do Parecer da Comissão Permanente de Assuntos Sociais;
- O Regulamento de Organização, Funcionamento e Utilização da Rede de Bibliotecas Municipais de Sintra, acompanhado do Parecer da Comissão Permanente de Assuntos Sociais.

Assim, sem prejuízo da publicação do presente Aviso, torna-se de igual modo público que, os referidos regulamentos se encontram ainda disponíveis através de Edital afixado nos lugares de estilo, no Gabinete de Apoio ao Município e Controlo de Processos, suas Delegações e na página da Câmara Municipal de Sintra na Internet em www.cm-sintra.pt.

Paços do Concelho de Sintra, 10 de Maio de 2010.
O Presidente da Câmara
(*Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara*)

303246256

MUNICÍPIO DE SOBRAL DE MONTE AGRÃO**Aviso n.º 9902/2010**

Procedimento concursal para constituição de relação jurídica de emprego público em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para preenchimento de um posto de trabalho de técnico superior, da carreira geral de técnico superior — procedimento A — lista unitária de ordenação final.

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados no procedimento concursal identificado em epígrafe, aberto pelo aviso n.º 19/2009, datado de 21 de Abril de 2009 — referência A — e publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 109, de 05 de Junho de 2009, homologada por despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 14 de Abril de 2010:

	Classificação Final (Valores)
Candidatos Aprovados:	
1.º Pedro Miguel Pereira Carvalho	14,5
2.º Nuno Manuel Rodrigues Estrangeiro	11
3.º Duarte Nuno Pratas Pereira Laranjinha	10,75

	Fundamentação
Candidatos Excluídos:	
Ana Isabel de Jesus Duarte de Almeida	(b)
Ana Luísa Silvério Maneira e Costa	(a)

Fundamentação

Ana Paula Batalha Lopes	(a)
Ana Paula Cardoso Ribeiro	(b)
Ana Sofia Pina Ascensão Serra	(b)
Bruno Miguel Vaz Lopes	(a)
Cláudia de Jesus Pinto Bravo	(b)
Eduardo Jorge Andrade Macieirinha	(a)
Eva Sofia Loureiro de Gouveia Lemos Belo	(a)
Helena Peres Merca Guerreiro Teles	(b)
Inês Oliveira Brito Palma	(a)
Inês Ramos de Carvalho	(b)
José Francisco Rébola Casaleiro	(a)
José Nuno Gonçalves Lourenço Rosa	(a)
Luís Filipe Rodrigues Nico Fojo	(b)
Luís Miguel Serafim da Silva	(b)
Maria de Fátima Salvador Cristóvão de A. Castro	(b)
Maria Margarida Cal da Silva Ferreira	(a)
Maria Varella Franco Caiado	(b)
Marina Paula Lopes Pais	(a)
Marta Anselmo Cardoso	(a)
Mónica Inês Gomes Paulino	(b)
Paulo Miguel Mendes Ricardo	(b)
Pedro Francisco Mendes Pinheiro P. Costa	(a)
Ricardo Filipe Santos Teles	(b)
Sandra Isabel Batalha Reis Vieira	(b)
Sara Alexandra Morais Cambez Abegão	(b)
Sara Luísa Marcelo de Aguiar	(a)
Silvia Madalena Ferreira Cordas	(b)
Tânia Isabel Fagulha Pimpão	(b)
Teresa Isabel Pires Gonçalves	(a)
Teresa Margarida Serrano Domingos	(b)
Vitória Fernandes Rodrigues	(a)

Fundamentação

Candidatos Excluídos:

Maria do Rosário Trancoso Mendes	(a)
Mariana Oliveira Martins Tavares Almeida	(a)
Mariana Tamagnini de Abreu de Brito Paes	(a)
Marisa Carla Mendes Moreira Mouta	(a)
Mónica Sofia Jacinto Costa	(a)
Neuza Raquel da Silva Caipira Camacho	(a)
Nuno Adriano Canha Ferreira	(a)
Nuno Luís Duarte Saldanha	(b)
Odete Cláudia Rodrigues Azevedo	(a)
Ricardo Manuel Ferreira Luís	(b)
Ricardo Nuno Vicente Ramires	(a)
Rita de Sousa Valério	(a)
Sara Emilia Caldas Mourão	(a)
Sofia Beatriz Farate Batista	(a)
Sónia Maria Rodrigues Pires	(a)
Susana Guerreiro Formigo Rueff Tavares	(a)
Susana Isabel Ferreira Nicolau	(a)
Tiago Manuel Galhano	(a)
Teresa Margarida Claudino Narciso	(a)
Vítor Vladimiro Cardoso Vieira	(a)

(a) Candidatos excluídos por não terem comparecido à prova escrita de conhecimentos;

(b) Candidatos excluídos por terem menos de 9,50 valores na prova escrita de conhecimentos.

(Do presente deverá ser dado publicidade nos termos legais.
(Isento de visto do Tribunal de Contas).

Sobral de Monte Agraço, 15 de Abril de 2010. — O Presidente da Câmara, *(António Lopes Bogalho)*.

303152766

MUNICÍPIO DE TÁBUA

Aviso n.º 9903/2010

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 26 de Março de 2010, no uso da competência que me confere a alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril e de

harmonia com o disposto nos artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Abril, aplicável à Administração Local pelo n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho; Considerando que o Técnico Superior, Pedro Manuel Pereira Ataíde Rodrigues, corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos da Câmara Municipal de Tábua e que o mesmo detém as características especificamente adaptadas ao exercício do cargo de Director do Departamento de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente, foi renovada no mesmo cargo, por três anos, a comissão de serviço, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2010, inclusive.

A presente renovação da comissão de serviço foi precedida da respectiva comunicação, conforme preceituado no n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, em conjugação com o n.º 1 do artigo 9.º-B do Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho.

Data: 26 de Março de 2010. — Nome: *Francisco Ivo de Lima Portela*, Cargo: Presidente da Câmara.

303243542

MUNICÍPIO DE TOMAR

Aviso n.º 9904/2010

Alteração ao Regulamento Orgânico dos Serviços da Câmara Municipal de Tomar

Nos termos do n.º 6 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, torna-se público que, por deliberação do Executivo Municipal, de 11.05.2010, sob proposta do seu Presidente, foi alterado o Regulamento Orgânico dos Serviços da Câmara Municipal de Tomar, publicado na II Série do Diário da República, n.º 130, de 8 de Julho de 2009:

1 — No que se refere à Divisão de Planeamento Físico retirar o disposto no ponto n.º 1.4 do artigo 33.º do referido Regulamento, que se traduz no seguinte:

“Organização dos processos relativos a Operações de Loteamento.”

2 — No que se refere às Divisões de Gestão Urbanística, acrescentar 1 ponto a cada um dos artigos 34.º, 35.º e 36.º que se traduz na seguinte redacção:

“Promover todos os procedimentos com vista ao Licenciamento e Comunicação Prévia inerentes a Operações de Loteamento e Obras de Urbanização.”

Paços do Concelho, 11 de Maio de 2010. — O Presidente da Câmara Municipal, *Fernando Rui L. Corvêlo de Sousa*.

203251326

MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS

Aviso n.º 9905/2010

Contratação por Tempo Indeterminado de um Coordenador Técnico

Nos termos do disposto no artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008 de 20 de Fevereiro, torna-se público que, na sequência da deliberação datada de 20 de Abril do corrente ano, se encontra aberto, pelo período de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum, para contratação por Tempo Indeterminado de um Coordenador Técnico.

Este procedimento rege-se pelo disposto nos seguintes diplomas: Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008 de 31 de Julho, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro e Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de Janeiro.

1 — Identificação do acto — A abertura de procedimento concursal comum de contratação para um posto de trabalho correspondente à categoria de Coordenador Técnico;

2 — Posto de Trabalho a ocupar e modalidade da Relação Jurídica — 1 contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, para o exercício de funções de Coordenador Técnico;

3 — O local de trabalho será no edifício dos Paços do Concelho;

4 — Caracterização do posto de trabalho: o posto de trabalho a preencher encontra-se devidamente caracterizado com o código 04.01, cuja descrição consta do documento anexo ao Mapa de Pessoal, do qual faz parte integrante.